Mario de França Miranda

A REFORMA DE FRANCISCO

Fundamentos teológicos

Paulinas

PREFÁCIO

Sempre me impressionou o frequente pedido do Papa Francisco para que rezássemos por ele. Sem dúvida, uma solicitação habitual naqueles que são investidos de alguma responsabilidade na Igreja, ou mesmo na sociedade. Mas, aos poucos, fui me convencendo que a frequência e a sinceridade dos repetidos pedidos por parte do Papa Francisco revelavam que ele enfrentava uma dura batalha pela reforma da Igreja. Combatiam-no não só opositores de dentro da instituição eclesial, mas também pessoas e entidades da atual sociedade que se sentiam ameaçadas por seus pronunciamentos em favor da paz, do diálogo, da justiça, da misericórdia, numa palavra, em favor da vida humana tão desvalorizada em nossos dias. Pensemos nos lucros exorbitantes conseguidos pela produção e exportação de armas que necessitam das guerras para serem vendidas, ou no comércio de pessoas humanas, talvez o negócio mais rendoso em nossos dias. O chamado à solidariedade e à ajuda em face dos mais fracos e marginalizados incomoda, sem dúvida, todos aqueles que sucumbiram ao domínio do individualismo, sejam eles indivíduos ou mesmo países.

Mas a resistência pode ser constatada também no interior da própria Igreja. Pois a reforma de Francisco desinstala muitos de sua mediocridade cinzenta, ameaça outros em sua ânsia de poder, desmascara a vaidade de alguns, perturba hábitos adquiridos, mentalidades estreitas, mentes inseguras, desorienta os que se contentavam com uma fé tradicional, mais cultural do que autêntica. E a razão é simples: trata-se de uma volta ao Evangelho que na sua

simplicidade exige mais do que somente práticas e mentalidades recebidas do passado. E a Palavra de Deus não só nos ilumina e fortalece, mas também nos interpela, questiona, desinstala. E a própria fé é dom que Deus nos oferece, mas que deve ser acolhida consciente e livremente para estruturar realmente nossa vida. E a opção de fé numa sociedade pluralista e secularizada já não é tão simples como no passado.

Francisco, por sua vez, pede que sejamos abertos ao sopro do Espírito Santo, que não temamos os novos caminhos que ele nos indica, que saibamos escutá-lo e segui-lo sem reduzir nossa vida cristã a repetir práticas e obedecer a normas externas. Não nos deve admirar que as resistências provenham, sobretudo, dos que gozam de poder, seja pelos seus conhecimentos, seja pelos cargos que ocupam. Pois também Jesus Cristo experimentou a maior resistência à sua mensagem por parte dos sabidos fariseus e das políticas e espertas autoridades religiosas de seu tempo.

A reforma de Francisco não pode ser levada adiante por uma única pessoa. Ela diz respeito a todos nós, que somos cristãos, que somos Igreja, que estamos incumbidos por Deus de levar adiante o projeto de Jesus Cristo para a humanidade. Deus conta conosco! Para conseguir este objetivo, devemos nos familiarizar com as ideias-força desse papa, conhecer seus pronunciamentos, aprofundar suas intuições. Só assim poderemos comunicar toda essa riqueza aos outros, como colaboradores ativos neste momento tão importante da história da Igreja.

Desse modo, fica claro o objetivo destas páginas, a saber, apresentar e fundamentar alguns componentes da reforma empreendida por Francisco. Num primeiro capítulo aparece já a necessidade de uma *conversão* sincera ao Evangelho que nos liberte do apego a práticas do passado e nos leve a aceitar a novidade e a diversidade no interior da Igreja. Em seguida, será enfatizada a ação constante do *Espírito Santo* na comunidade, o qual lhe recordará a pessoa de Jesus

Cristo e sua luta pelo Reino de Deus, devendo, portanto, também sua configuração institucional corresponder a tal objetivo. No capítulo seguinte, será examinado o impacto da Exortação apostólica *A alegria do Evangelho* na Igreja do Brasil, demarcando assim suas metas pastorais futuras. O quarto capítulo aborda um ponto central na reforma do Papa Francisco, a saber, a fé vivida proporciona uma *experiência mística* com Deus, uma experiência deveras decisiva numa cultura secularizada, uma experiência que encontramos na religiosidade popular de nossa gente.

O capítulo quinto busca oferecer a fundamentação teológica da importante Encíclica *Laudato Si'*. Numa cultura dominada pelo individualismo e pelo consumismo desenfreado com irrecuperáveis consequências para os limitados recursos da natureza, o texto papal demonstra não só amplo conhecimento da questão, mas também como ela deve ser vista numa perspectiva cristã, que considera igualmente a repercussão desse descalabro nas populações mais pobres do planeta, introduzindo assim a noção de uma "ecologia integral". Em seguida, por ocasião do quinto centenário da reforma luterana, se examina de onde brota o empenho reformador de Lutero e de Francisco ao afirmarem a importância do *indivíduo cristão* diante da instituição, pleiteando mudanças na mentalidade e nas estruturas eclesiais. O capítulo sétimo busca refletir teologicamente sobre a importância do testemunho de fé numa época em que as linguagens tradicionais pouco dizem à sociedade. Tal testemunho de vida aponta para a *dimensão profundamente humana* da mensagem cristã que tem significativo impacto em nossos contemporâneos como comprova a repercussão deste atual pontificado. Finalmente se abordam as raízes da *espiritualidade de Santo Inácio de Loyola* no modo de proceder de Francisco, que não se contenta com princípios gerais, mas leva seriamente em consideração a pessoa concreta em seus condicionamentos e limitações, urgindo assim um necessário discernimento para um consequente juízo e decisão.

Como afirmamos no início: esta reforma não é só do Papa Francisco. Também nós somos Igreja, também cada um de nós deve contribuir para a mesma. Portanto, se estas páginas conseguirem que seus leitores se envolvam e se comprometam com essa reforma, já terão alcançado seu objetivo.

I. CONVERSÃO E REFORMA ECLESIAL

Uma reforma eclesial sempre questiona hábitos passados, compreensões tradicionais, formulações familiares. Sentimo-nos incomodados por ter que lidar com realidades, expressões e práticas novas. Experimentamos também certa insegurança diante do que nos é proposto, como se nossa fé estivesse ameaçada por esses novos desafios. Pois nos acostumamos a experimentar certa uniformidade na vida da Igreja e as mudanças sempre demandam esforços de adaptação. Por outro lado, reconhecemos que determinadas tradições vigentes na Igreja pouco correspondem à mensagem evangélica e que deveriam ser corrigidas ou eliminadas. Não nos deve, portanto, admirar que o Papa Francisco desperte alegria e entusiasmo por parte de muitos, mas igualmente provoque resistências por parte de outros.

O longo passado da Igreja nos ensina que as épocas de renovação ou reforma eclesial foram tempos agitados por atingirem mentalidades e comportamentos já profundamente assimilados pelas gerações anteriores. Em nossos dias esse fato é agravado por vivermos numa cultura marcada por transformações aceleradas, que acabam por gerar uma instabilidade permanente e uma busca por referências sólidas e confiáveis. Nesse contexto a Igreja aparece como uma instância que oferece orientação e sentido para enfrentar tal situação. Desse modo, mudanças na Igreja significam para alguns ver questionados seus pontos de apoio.

Não podemos negar por parte de alguns uma concepção estática da Igreja, avessa a qualquer transformação na mesma, demonstrando desse modo um desconhecimento patente da sua história, já que tais transformações sempre a acompanharam no curso dos séculos. Por parte de outros, a dificuldade com a renovação pode provir das vantagens e benesses que a Igreja do passado lhes proporcionava, já que não querem de modo algum perdê-las.

Toda a atual situação criada pela iniciativa do Papa Francisco pede uma reflexão mais profunda que ofereça critérios para um juízo sadio da mesma, que desmascare igualmente concepções e estilos de vida que nada têm de cristãos, que aponte em que pontos todos nós devemos experimentar uma autêntica *conversão*. Só assim poderemos dar nossa contribuição, já que todos nós somos Igreja, à necessária reforma eclesial, já iniciada no Concílio Vaticano II, e corajosamente assumida pelo atual pontífice.

1. O projeto do Papa Francisco

Naturalmente não pretendemos resumir em algumas linhas o projeto do Papa Francisco para a reforma da Igreja, mas apenas indicar alguns pontos do mesmo que podem explicar certas resistências por parte de alguns, certos temores por parte de outros, embora seu programa (EG 25) venha recebendo uma acolhida positiva entre grande parte do Povo de Deus. Constante nos pronunciamentos desse papa é a exigência de conversão por parte dos membros da Igreja, que aparece assim como *condição necessária* para uma pretendida reforma eclesial. Sejam as resistências, sejam os apelos à conversão, nos indicam a urgência de abandonarmos hábitos e mentalidades ainda em vigor e abraçarmos com mais generosidade o que nos pede o Evangelho. Os pontos indicados adiante não esgotam a questão e certamente refletem uma opção certamente subjetiva, mas são suficientes para o objetivo destas linhas.

A. Partir do núcleo da fé cristã

O Papa Francisco insiste em que a Igreja proclame o "coração da mensagem de Jesus Cristo" (EG 34) que consiste na "beleza do amor salvífico de Deus manifestado em Jesus Cristo morto e ressuscitado" (EG 36). Daí poder afirmar que "o Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e salva, reconhecendo-o nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos" (EG 39). Esta mensagem animadora deve ser pregada para que a todos possa "chegar a consolação e o estímulo do amor salvífico de Deus" (EG 44). E o papa se apoia em Santo Tomás de Aquino que afirmava ser a graça do Espírito Santo manifestada na fé que opera pelo amor, o elemento principal da Nova Lei, sendo a misericórdia a maior de todas as virtudes (EG 37). Daí sua clara afirmação: "A Igreja é chamada, em primeiro lugar, a ser verdadeira testemunha da misericórdia, professando-a e vivendo-a como o centro da Revelação de Jesus Cristo".[1] Eis aqui uma verdade fundamental para entendermos de onde brota um novo modo de atuação da Igreja na mente desse Papa.

B. Enfatizar a fé vivida

Herdamos uma Igreja ainda com nítidas características da época da cristandade: cultura cristã generalizada, batizados não evangelizados, separação entre fé cristã e vida pessoal, ênfase nas formulações doutrinais e exigência no cumprimento de normas morais que, para muitos, deformavam a imagem da Igreja como sacramento da salvação, vendo-a sobretudo como uma entidade autoritária, moralista, demasiado segura de suas verdades e, de certo modo, distante da dura realidade vivida por seus filhos. Naturalmente o Concílio Vaticano II desencadeou grandes mudanças nesse particular. Mas para o papa ainda há muito a ser reformado.

---

[1] PAPA FRANCISCO. *Misericordiae vultus*. São Paulo, Paulinas, 2015, n. 25.

O perigo aqui é cair na tentação de reduzir a fé cristã a uma religiosidade ou a um consumismo espiritual de cunho individualista, com uma adesão a Cristo sem o compromisso pelo outro (EG 89). Mesmo reconhecendo a importância da doutrina, não podemos isolá-la do núcleo do Evangelho, sob pena de cairmos em opções ideológicas (EG 39), de nos omitirmos diante de situações intoleráveis de injustiça (EG 194) ou de nos prendermos a uma formulação que não transmite a substância da mensagem (EG 41).

"A realidade é superior à ideia" e desmascara "os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os nominalismos declaracionistas, os projetos mais formais do que reais, os fundamentalismos anti-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria" (EG 231). No fundo está o que o papa caracteriza como "mundanismo espiritual" (EG 93), autocentrado, prisioneiro de sua razão ou dos seus sentimentos, achando-se superior aos demais, seguro de si mesmo, pronto para julgar os outros, revivescência do farisaísmo e da degeneração do cristianismo (EG 94). É daí que nascem as divisões e os ataques mútuos por parte de cristãos e de grupos no interior da Igreja (EG 98). Ainda poderíamos acrescentar o "cuidado exibicionista da liturgia, da doutrina e do prestígio da Igreja", o fascínio do poder, a autocomplacência egocêntrica (EG 95). Então, entendemos sua exclamação: "Deus nos livre de uma Igreja mundana sob vestes espirituais ou pastorais!" (EG 97).

C. Aceitar a pluralidade na Igreja

Uma Igreja "em saída" (EG 46), uma Igreja "com as portas abertas" (EG 47), uma Igreja com "o olhar do Bom Pastor, que não procura julgar, mas amar", é uma Igreja que percebe a complexidade plural da realidade humana e social. Já que todo ser humano é também um ser cultural, sempre inserido num contexto sociocultural onde se desenvolve como ser humano, a ação salvífica de Deus deve ser por ele captada para ser aceita e vivida. Portanto, "a graça supõe

a cultura, e o dom de Deus encarna-se na cultura de quem o recebe" (EG 115). A história do cristianismo nos atesta que este "não dispõe de um único modelo cultural", "que não faria justiça à lógica da encarnação" (EG 117), mas assume o rosto das diversas culturas, exprimindo assim a catolicidade da Igreja e enriquecendo-a com "novos aspectos da revelação" (EG 116) "ou da riqueza inesgotável do Evangelho" (EG 40). Pois, enquanto missionária, deve a Igreja "crescer na interpretação da Palavra revelada e na sua compreensão da verdade" (EG 40). Pela mesma razão, deve recusar "uma doutrina monolítica defendida sem nuances por todos" (EG 40) e renovar sua linguagem na transmissão da fé, já que, nas palavras de João Paulo II, "a expressão da verdade pode ser multiforme" (EG 41).

A diversidade cultural não rompe a unidade da Igreja. Pois nela atua constantemente o Espírito Santo "que suscita uma abundante e diversificada riqueza de dons e, ao mesmo tempo, constrói uma unidade que nunca é uniformidade, mas multiforme harmonia que atrai" (EG 117). Essa ação do Espírito supõe pessoas que não fiquem confinadas em seus próprios horizontes (EG 226), mas saibam "suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de um novo processo" (EG 227). Essa "comunhão nas diferenças" implica ascender a uma "unidade multifacetada" de um "plano superior que conserva em si as preciosas potencialidades das polaridades em contraste" (EG 228). Cada um dos implicados no conflito deve reconhecer que representa apenas parcialmente a verdade da fé, que essa só é adequadamente professada por toda a Igreja e que também esta última jamais esgotará o mistério de Deus reduzindo-o a categorias humanas.[2] Como vemos, não só a unidade prevalece sobre o conflito, mas também o todo é superior à parte. Trata-se de conservar sua

---

[2] BERGOGLIO, J. M. Il pluralismo teológico. *La Civiltà Cattolica*, n. 3952 (23/02/2015), p. 313-328. Tradução italiana do artigo: Sobre pluralismo teológico y eclesiologia latino-americana. *Stromata* 40 (1984), p. 321-331.

identidade, mas sabendo abrir-se para a diversidade alheia que lhe dará maior desenvolvimento (EG 235).

D. Ousar novos caminhos

As transformações socioculturais que experimenta hoje a sociedade pedem da Igreja em sua missão evangelizadora que ela saiba transmitir sua mensagem salvífica de modo condizente com os problemas, os desafios, as inquietações atuais. Não basta repetir soluções passadas para questões que já desapareceram. Faz-se necessário vencer o medo do novo para não nos deixarmos "encerrar nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos" (EG 49). Pois

> sempre que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão, sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual. Na realidade, toda a ação evangelizadora autêntica é sempre nova (EG 11).

Daí o apelo do papa: "Convido todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades" (EG 33). Naturalmente este apelo nos desinstala de costumes e representações familiares e nos lança na aventura de confiarmos no Espírito Santo "permitindo que ele nos ilumine, guie, dirija e impulsione para onde ele quiser. O Espírito Santo bem sabe o que faz falta em cada época e em cada momento" (EG 280).

Não nos deve surpreender que alguns católicos resistam a esse apelo do Papa Francisco. Procuramos indagar sobre a raiz das tensões e dos conflitos sempre presentes na história da Igreja e pareceu-nos poder ser expressa na dialética da unidade da fé cristã e na pluralidade de suas expressões. Abordaremos, portanto, primeiramente

a *unidade da fé*, salvaguarda de sua identidade e de sua verdade. Numa segunda parte, veremos como essa unidade experimentou e ainda experimenta uma inevitável *pluralidade* em sua compreensão e em sua expressão sem sacrificar sua verdade. Enfim, numa última parte, examinaremos porque as tensões e os conflitos que hoje constatamos urgem uma adequada e devida *conversão*. Então poderemos melhor compreender não só a resistência de alguns, mas também os apelos por conversão da parte do Papa Francisco.

2. A unidade da fé cristã

O ato de fé consiste na resposta humana à iniciativa livre de Deus de se doar ao ser humano para que este possa participar de sua felicidade eterna. Portanto, a fé é o acolhimento da oferta salvífica de Deus, oferta esta que é o próprio Deus. Assim, o ato de fé se dirige a Deus, goza de uma intencionalidade própria que vai além de enunciados e proposições, embora seja por estas orientada. Esse Deus inacessível, transcendente, mistério permanente para o ser humano se revelou através de Jesus Cristo, a Palavra de Deus, a manifestação de Deus como Pai. Desse modo, a fé em Deus não é simplesmente a fé numa realidade infinita, onipotente e onisciente, mas no Deus de Jesus Cristo, no Deus revelado em suas palavras e ações que são desdobramentos na história da única Palavra de Deus, embora, enquanto Deus, também Cristo seja mistério para o ser humano.

Não sendo uma opção cega, a fé goza de certa luminosidade que lhe é intrínseca, mas, por *tender* a uma meta sempre inacessível, busca sempre compreender melhor o mistério que lhe vem ao encontro e é por ela acolhido (*fides quaerens intellectum*). Daí o desdobramento plural do extremamente simples que é Deus nos dogmas de fé, como explicitações e aprofundamentos da única verdade para a qual tende a fé cristã. Importante aqui é observar que todo discurso sobre Deus tem aqui o seu fundamento, pois tal discurso deve arrancar sempre

dessa experiência salvífica primeira, a saber, de acolher esse dinamismo voltado para Deus que se entrega ao ser humano e o atrai para si.

Naturalmente a autodoação de Deus ao que crê enquanto meta para a qual foi criado, enquanto realiza o sentido último de sua vida, enquanto implica uma experiência de amor que é o próprio Deus, é *de certo modo* captada pelo fiel. Trata-se mais de uma consciência do que propriamente de um conhecimento explícito. Em cada cristão essa consciência de fé se encontra limitada e a plenitude dessa fé pode ser encontrada somente na fé comum de toda a Igreja. Trata-se da eclesialidade da fé cristã. Se ela é teologal em seu objeto, por se dirigir ao próprio Deus, em sua modalidade ela é eclesial, pois é a Igreja que garante a autenticidade de meu ato de fé. A fé do indivíduo é sempre uma participação na fé da Igreja. Entretanto, essa mediação eclesial não se interpõe entre o fiel e Deus, pois nela e por ela Deus se doa imediata e diretamente ao que crê.

Mas também a Igreja enquanto comunidade de fé, embora tenha em seu conjunto a garantia de não se enganar em questões de fé e de costumes (LG 12), embora transmita a outras gerações tudo o que crê (DV 8), pelo fato de que sua fé se dirige ao mistério de Deus, ela experimenta um crescimento na compreensão tanto das coisas como das palavras transmitidas, de tal modo que pôde ser afirmado no Concílio Vaticano II que a Igreja "no decorrer dos séculos *tende continuamente* para a plenitude da verdade divina" (DV 8).

Embora tenda para a plenitude da verdade cristã que é Cristo e que implica a sua ressurreição, quando então teremos a revelação de Deus na totalidade da história da fé, é a Igreja que abrange a totalidade da fé cristã. "Só a Igreja *total* vive a fé *total*."[3] É ela que conserva a memória do evento salvífico de Cristo conservado em sua tradição. É ela que oferece ao cristão a linguagem que ilumina sua

---

[3] RATZINGER, J. Comentário ao texto da Comissão Teológica Internacional. *O pluralismo teológico*. São Paulo, Loyola, 2002, p. 45.

fé e a modalidade de vida que caracteriza o discípulo de Cristo. É ela que se mantém a mesma através dos séculos pela ação do Espírito Santo, fonte das mesmas experiências básicas partilhadas pelos fiéis. Portanto, a verdade da fé se manifesta em seu *caminhar* ao longo da história, vetando assim qualquer sistema que pretendesse se equiparar à autêntica ortodoxia.[4]

Afirmação importante, pois desacredita qualquer tentativa de *aprisionar* a fé numa compreensão ou numa formulação de determinada época, impedindo que a riqueza da fé possa melhor transparecer nas ulteriores complementações e aprofundamentos. Porque essa tensão para o mistério é o que une todos os fiéis, cada um comungando com os demais a partir de sua limitada e pessoal experiência de fé. Assim, uma unidade aberta ao mistério de Deus manifestando-se no curso da história humana, mas cuja plenitude ultrapassa as diversas realizações históricas, impedindo que a verdade una seja definitivamente encerrada numa determinada forma cultural ou histórica.

3. A pluralidade presente na fé cristã

A ação salvífica de Deus na doação do Filho e do Espírito Santo à humanidade só chega a seu objetivo quando é reconhecida como tal na aceitação livre, na opção de fé, por parte do ser humano. Pois Deus se revela em fatos históricos e palavras que só são revelação de Deus enquanto recebidos *na fé* por ação do Espírito Santo. Entretanto, não existe ser humano em geral, já que este sempre se encontra no interior de um contexto sociocultural e histórico. Portanto, o gesto divino deve ser entendido e acolhido por homens e mulheres em sua própria cultura.

A cultura é fundamental para o ser humano ao lhe oferecer um quadro de referência, uma visão da realidade, uma resposta à sua

---

[4] Ibid., p. 37-41.